



**Trabalho de Conclusão de Curso**  
**Curso de Relações Internacionais**

**TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido Pelo Regulamento de TCC**  
**Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Relações Internacionais em Cumprimento das**  
**DCNs do Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)**

**Título do Trabalho: A CONDIÇÃO CARCERÁRIA BRASILEIRA COMO SISTEMA E A VIOLAÇÃO INSTITUCIONALIZADA DOS DIREITOS HUMANOS: DICOTOMIA ENTRE TEORIA E PRÁTICA**

Nome do(a) Estudante: Isadora Ramalho Silva

Nome do(a) Orientador(a): João Alberto Alves Amorim

Ano de Depósito: 2020.2

**RESUMO**

O atual sistema penitenciário brasileiro é retratado por um quadro generalizado de violação de direitos humanos e fundamentais, intrinsecamente ligado à omissão das autoridades públicas no cumprimento de suas obrigações com respeito a garantia desses direitos e superação do *status quo*. Diante desta problemática, o atual trabalho busca explorar fenômenos que expliquem o desenvolvimento da configuração atual desse sistema, assim como suas consequências para a sociedade. Para tanto, são expostos dados que traduzem o caos vivido dentro das penitenciárias brasileiras, mas que, ao contrário do que muitos pensam, se estende facilmente para além dos muros do cárcere. Continuamente, o tema será elevado à nível internacional, a fim de comparar a realidade brasileira com a conduta imposta internacionalmente a todos os Estados sobre o tratamento de pessoas presas. Diante da inobservância desses direitos básicos que contemplam todas as pessoas, inclusive a massa carcerária, o Estado não está somente infringindo a Carta Magna, mas também diversos outros documentos de âmbito internacional, pelos quais o Brasil jurou fidelidade e que pregam a justiça social, como a Convenção Internacional de Direitos Humanos e as Regras de Mandela. Por fim, é trabalhado como desfecho o reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional

do sistema penitenciário brasileiro pela Suprema Corte Brasileira, o que só reforça o caráter emergencial de medidas que mitiguem este grande problema social.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Sistema Penitenciário Brasileiro; Direitos Humanos; Direitos Fundamentais; Regras de Mandela; Estado de Coisas Inconstitucional; Direito Internacional.

### **ABSTRACT**

The current Brazilian penitentiary system is portrayed by a generalized picture of violation of human and fundamental rights, intrinsically linked to the omission of public authorities to fulfill their obligations with respect to guaranteeing these rights and overcoming the status quo. Faced with this problem, the current work seeks to explore phenomena that explain the development of the current configuration of this system, as well as its consequences for society. To this end, data are exposed that reflect the chaos experienced within Brazilian penitentiaries, but which, contrary to what many thinks, easily extends beyond the prison walls. Continuously, the subject will be raised to the international level in order to compare the Brazilian reality with the conduct imposed internationally on all states regarding the treatment of prisoners. In the face of the non-observance of these basic rights that contemplate all people, including the prison mass, the State is not only violating the Magna Carta, but also several other documents of international scope, for which Brazil has sworn fidelity and that preach social justice, such as the International Convention on Human Rights and the Mandela Rules. Finally, the State of Unconstitutional Things of the Brazilian Penitentiary System is recognized by the Brazilian Supreme Court, which only reinforces the emergency nature of measures to mitigate this major social problem.

### **KEYWORDS**

Brazilian Penitentiary System; Human Rights; Fundamental Rights; Mandela Rules; Unconstitutional State of Things; International Law.

## INTRODUÇÃO

Desde sua concepção, o sistema penal se apoiou na punição atrelada ao terror, representando um instrumento de controle da elite sobre a população “indesejada” – daqueles que desviassem suas condutas do que era previamente esperado. Em cada época da história, sem muita regulação, o sistema judiciário criou suas próprias regras e modelos, fazendo uso dos mais variados tipos de punição, que iam desde terríveis violências físicas, como suplícios, até as práticas mais modernas, como a pena preventiva de liberdade<sup>1</sup>.

O caráter ressocializador do sistema penitenciário é tema muito recente, já que durante quase todo seu desenvolvimento – e diria até os dias atuais – não houve a intenção de corrigir os indivíduos, mas sim punir e acabar com qualquer probabilidade daquela pessoa retornar à sociedade. Nessa lógica, Rogério Greco traz a reflexão sobre a improvável ressocialização do preso, uma vez que nenhuma medida com esta finalidade é implementada. De maneira contrária, os presos dividem um local sem regras, amontoado de grandes infratores sem a devida separação, o que priva o indivíduo do convívio em sociedade e negligencia qualquer ensinamento e tentativa de recuperação:

É justamente quando está cumprindo a sua pena que o preso é esquecido pelo Estado. Não são colocados em prática os planos ressocializadores, suas condições carcerárias são indignas, seu afastamento do meio social é quase absoluto e as autoridades esquecem sua existência. [...] como alguém pode pretender ressocializar-se se, durante o período em que permanecer preso, cumprindo sua pena, será praticamente afastado do convívio em sociedade? Ressocializar, retirando o homem do meio social, nos parece um contrassenso. Por isso, a fase de cumprimento da pena deve ser tratada com todo o cuidado, permitindo que o preso continue a manter contato com o mundo exterior ao cárcere<sup>2</sup>.

O desenvolvimento desordenado e violento deste sistema, atrelado à percepção de que um infrator não é digno de uma vida com qualidade, ocasionou situações precárias no que diz respeito ao tratamento das pessoas encarceradas, resultando na violação sistemática de direitos humanos assegurados não só pela norma jurídica mais importante do país, a Constituição Federal brasileira de 1988, mas também por diversos documentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>3</sup>, a Convenção das Nações Unidas Contra a

<sup>1</sup> FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 5ªed. Petrópolis: Vozes, 1987, p.76.

<sup>2</sup> GRECO, R. Sistema prisional: colapso atual e soluções alternativas. 4. ed. Niterói: Impetus, 2017, p.197.

<sup>3</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento marco na história dos direitos humanos. Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, estabelece pela primeira vez a proteção universal dos direitos humanos. A DUDH, em conjunto com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e seus dois Protocolos Opcionais (sobre o procedimento de queixa e sobre pena de morte) e com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais formam a chamada Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis<sup>4</sup> e as Regas de Mandela<sup>5</sup>, Bangkok<sup>6</sup>, Pequim<sup>7</sup> e Tóquio<sup>8</sup>. As Regras de Mandela, por exemplo, sintetizam as normas mínimas para o tratamento de pessoas presas. Esse documento fornece orientações precisas, com instruções exatas para enfrentar a negligência estatal, prestigiando a dignidade e assegurando os direitos fundamentais daqueles que se encontram em privação de liberdade.

Contudo, apesar de o Brasil ter participado ativamente nas atualizações das Regras de Mandela, o país não valoriza as normas de direito internacional dos direitos humanos, o que representa um grande obstáculo para superação do quadro. Além disso, deve-se levar em consideração que a garantia dos direitos básicos aos presos é um tema bastante impopular, fazendo com que os governos encontrem, nessa impopularidade, um dos incentivos ao não cumprimento das suas obrigações jurídicas internas e internacionais. A realidade do sistema penitenciário brasileiro corrobora com a visão “de que o Brasil é insuficiente no que diz respeito à tutela daqueles que deveria proteger, na tentativa de reinseri-los ao convívio social de forma plena<sup>9</sup>”. Essa ineficiência foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2015, por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 347, que legitima o Estado de Coisas Inconstitucional (ECI) do sistema penitenciário brasileiro<sup>10</sup>.

---

<sup>4</sup> A Convenção da ONU sobre a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 28 de setembro de 1984. Trata-se da primeira grande convenção especializada contra algum tipo de violação em particular, que determina a vedação de qualquer ação tomada por um representante do Estado no exercício de suas funções, ou ainda com o consentimento ou omissão deste, portanto crime próprio no limite da definição desta Convenção, que tenha por finalidade a obtenção de informações ou confissões infligindo intencionalmente violências físicas ou mentais, dores ou sofrimentos agudos, intimidações, coações, discriminação de qualquer natureza. Proíbem-se tais práticas ainda que o Estado se encontre em situação de ameaça, estado de guerra ou instabilidade política.

<sup>5</sup> As Regras Mínimas para o Tratamento de Presos trata-se de um documento criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1955, com objetivo de estabelecer regras mínimas para o tratamento dos reclusos e na gestão dos estabelecimentos prisionais. Este documento foi atualizado no ano de 2015, quando passa a levar o nome de Regras de Mandela.

<sup>6</sup> As Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras – Regras de Bangkok – foram aprovadas pela Assembleia Geral da ONU em 22 de julho de 2010 e leva em consideração as especificidades de gênero das mulheres e a consequente necessidade de priorizar a aplicação de medidas não privativas de liberdade àquelas que entrarem em contato com o sistema de justiça criminal.

<sup>7</sup> As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude - Regras de Pequim - são uma resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas sobre o tratamento devido a jovens que cometam infrações ou aos quais se impute o cometimento de uma infração, adotadas em 29 de novembro de 1985.

<sup>8</sup> As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas Não Privativas de Liberdade – Regras de Tóquio – foram adotadas em pela Assembleia Geral da ONU em 14 de dezembro de 1990. Este documento enuncia uma série de princípios básicos tendo em vista promover o recurso a medidas não privativas de liberdade, assim como garantias mínimas para as pessoas submetidas a medidas substitutivas da prisão.

<sup>9</sup> CARDOSO, Tatiana; Schroeder; BLANCO, Vinicius Just. Sistema prisional e Direitos Humanos: a (In)Suficiente Responsabilização Internacional do Estado Brasileiro. 2015, p.65

<sup>10</sup> A Corte Constitucional Colombiana, no ano de 1997, originou o mecanismo jurídico definido como Estado de Coisas Inconstitucional (ECI), associado à constatação de violações generalizadas, contínuas e sistemáticas de

O ECI configura a constatação de um quadro de violações generalizadas e sistemáticas de direitos humanos e exige uma profunda transformação na estrutura e na atuação dos poderes federais para sua superação. Os pressupostos assumidos para a caracterização do ECI são: i) constatação de um quadro grave, permanente e generalizado de violações de direitos fundamentais; ii) constatação de inércia, omissão e falhas dos órgãos estatais e de todas as entidades responsáveis pela proteção e garantia desses direitos, e iii) verificação de um conjunto de violações que exigem da Corte ordens direcionadas a diversos órgãos, exigindo “mudanças estruturais, novas políticas públicas ou ajuste das existentes<sup>11</sup>”.

Diante de todas as diretrizes internacionais e nacionais sobre as ações que deveriam ser tomadas para a superação e reversão deste quadro, faz-se necessário avaliar o posicionamento brasileiro e identificar os esforços – ou a falta deles – por parte do governo.

## **1. ANÁLISE TEÓRICA E HISTÓRICA DE ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA O DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PENITENCIÁRIA BRASILEIRA**

Dentre os diversos problemas sociais enfrentados pelo Brasil, a situação carcerária se apresenta como um extremamente complexo, de grandes impactos e muito longe de ser solucionado. O quadro atual retrata uma enorme violação a diversos direitos humanos e constitucionais, produzida por problemas como a superlotação – atrelada à alta taxa de encarceramento e reincidência –, péssima qualidade de infraestrutura, deficiência no fornecimento de alimentação e materiais de higiene, alto índice de propagação de doenças contagiosas, ambiente de extrema violência, entre diversos outros que serão abordados ao longo deste trabalho.

No entanto, antes de atentar-se aos problemas do sistema carcerário no Brasil, é importante expor esclarecimentos teóricos e colocar em perspectiva internacional as causas e os mecanismos da difusão do ideal de penalidade no contexto neoliberal, o qual carrega consigo diversos aspectos que explicam a acentuada curva crescente do número de encarcerados em muitos países, a partir da década de 90.

Este tema é abordado com muita riqueza pelas obras de Loïc Wacquant<sup>12</sup>, nas quais o sociólogo afirma que a partir da hegemonia ideológica dos Estados Unidos, passa a se

---

direitos humanos fundamentais. A justiça colombiana, por meio de estudos e dados empíricos, constatou a acentuada violação de direitos fundamentais nos presídios do Brasil.

<sup>11</sup> CAMPOS, C. A. A. Estado de Coisas Inconstitucional. Salvador: Juspodivm, 2016.

<sup>12</sup> O tema da criminalização da miséria tem sido discutido por Wacquant em diferentes obras e artigos desde os anos 2000. Destacam-se aqui as obras: *As prisões da miséria* (2001) e *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos* (2007).

estabelecer uma “penalidade<sup>13</sup> neoliberal” na Europa e na América, especialmente no Brasil. Segundo o autor, em países como a França e o Brasil, emerge um Estado Penal paralelamente ao desmonte das políticas sociais do *Welfare State* (Estado de bem-estar social). Em outras palavras, esses países passam a orientar suas políticas para a adesão de um “Estado penitenciário” em detrimento do “Estado econômico e social”, “convertendo-se à ideologia do mercado total vinda dos Estados Unidos”<sup>14</sup>

Cruzando os estudos de Wacquant com os de David Harvey, os quais buscam expressar e denunciar a forma com que as contradições sociais se manifestam no espaço geográfico, é possível esclarecer ainda mais esta caracterização da cultura do encarceramento e de seus desdobramentos, como resultados de uma articulada ideologia, altamente difundida a nível internacional: a expansão global do capital neoliberal<sup>15</sup>.

Na era da acumulação flexível<sup>16</sup>, consolida-se uma enorme expansão da esfera financeira, quando indústrias recorrem à flexibilidade para atender a novos padrões de consumo e intensificar a concorrência capitalista. Essa crescente busca das empresas pelo aumento da lucratividade contempla em suas práticas o aumento da precarização das relações de trabalho, com terceirizações e subcontratação do trabalhador. Diante do neoliberalismo, os movimentos mundiais do capital contam com um distanciamento do Estado em relação a políticas sociais e transmutam diversos segmentos sociais em deserdados das bases fundamentais à sobrevivência<sup>17</sup>.

O desenvolvimento do neoliberalismo contou com a limitação de benefícios de bem-estar social e com a crescente presença da *desproletarização*<sup>18</sup> do trabalho industrial. A classe operária industrial começou a se desmembrar com a expansão desse trabalho parcial, temporário e terceirizado. Como afirma Ricardo Antunes:

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se

<sup>13</sup> “O termo penalidade refere-se ao conjunto de práticas, instituições e discursos relacionados à pena e, sobretudo, à pena criminal” (WACQUANT, 2001, p.4).

<sup>14</sup> WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.7.

<sup>15</sup> “O neoliberalismo é, em primeiro lugar, uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional, caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio, sendo o papel do Estado de criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas” (HARVEY, 2005, p. 3)

<sup>16</sup> A acumulação flexível de capital, na concepção de David Harvey, representa “um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1992, p. 140).

<sup>17</sup> HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

<sup>18</sup> ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1998, p.209.

dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operário industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior *heterogeneização, fragmentação e complexificação* do trabalho<sup>19</sup>.

Diante desse enfraquecimento do Estado de bem-estar social, o recrudescimento do Estado Penal surge como instrumento – e solução – para conter a gigantesca massa de marginalizados que surge com a reestruturação do capital. John Campbell afirma que na ausência de oportunidades de trabalho e de apoio social, o crime tornou-se uma alternativa mais atraente, o que levou diretamente ao aumento das taxas de encarceramento e à expansão do Estado Penal<sup>20</sup>.

Sobre esta carência da assistência estatal, Wacquant aponta que:

[...] o trabalho assalariado desregulamentado – que alguns insistem em apresentar como uma espécie de necessidade natural (também importada dos Estados Unidos), filha de uma ‘globalização’ inelutável, embora nem sempre desejável – e o recurso crescente ao braço policial e penitenciário do Estado para abafar as desordens sociais e mentais, engendradas pela instabilidade do trabalho não são uma fatalidade<sup>21</sup>.

Nesse contexto, as questões sociais – miséria e desemprego – passam a ser interpretadas como questões individuais, atribuídas ao princípio de responsabilidade individual da doutrina neoliberal. Esta visão de Wacquant, por sua vez, é contestada por Campbell como sendo uma análise fortemente estruturalista, que apresenta o sistema penal como um elemento necessário e indispensável no processo de ascensão do neoliberalismo. Segundo o autor, Wacquant desconsidera Estados neoliberais que não caminham em direção a adoção de um Estado penal, acabando por generalizar um fenômeno particular dos Estados Unidos<sup>22</sup>. Porém, para compreender e validar as afirmativas de Wacquant, é necessário resgatar os recortes feitos pelo autor ao referenciar os países que mais sofreram esses reflexos norte-americanos.

Apesar de ser possível identificar a expansão da “penalidade neoliberal” em países da Europa, o panorama exposto até o momento é melhor observado nas sociedades de países menos desenvolvidos, onde as desigualdades sociais e econômicas fundamentam as relações. Como posto pelo autor, “o tratamento social da miséria e seus correlatos e seu tratamento penal

<sup>19</sup> ANTUNES, Ricardo; Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1998, p.209.

<sup>20</sup> CAMPBELL, John L. Neoliberalism’s penal and debtor states. A rejoinder to Loïc Wacquant. Theoretical Criminology. Califórnia: V. 14, n.1, 2010, p. 60.

<sup>21</sup> WACQUANT, Loïc. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: REVAN, 2007, p. 467.

<sup>22</sup> CAMPBELL, John L. Neoliberalism’s penal and debtor states. A rejoinder to Loïc Wacquant. Theoretical Criminology. Califórnia: V. 14, n.1, 2010, p. 70.

coloca-se em termos particularmente cruciais nos países recentemente industrializados da América do Sul, tais como Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Peru<sup>23</sup>". Em sua perspectiva, o Brasil se caracteriza por grandes diferenças sociais, pela pobreza e pelo elevado crescimento da violência criminal, tendo sua situação agravada pelo fato de nunca ter desfrutado dos "anos dourados" do Estado de bem-estar social, e por contar ainda com a herança repressiva de governos ditatoriais<sup>24</sup>.

Diferentemente dos países de capitalismo central, o Brasil contou com um processo de desenvolvimento e instituição do sistema de proteção social extremamente exíguo durante a Era Vargas (1934-1945). Processo esse que se expandiu durante os anos seguintes sob a perspectiva da ditadura militar (1964 – 1985), culminado em 1988 na Constituição Federal – símbolo da redemocratização do país. Com a Constituição Federal de 1988, emerge no Brasil um sistema de proteção social fundado na noção de direitos, mas que, ao mesmo tempo, traz consigo o anúncio do neoliberalismo e seu caráter *desregulamentador* de direitos. Sendo assim, as políticas sociais assumem um caráter de mercantilização, afastando-se das funções de seguridade social.

O Brasil ganha espaço especial nas análises de Wacquant, que destina no prefácio de sua obra (2001) à edição brasileira uma "Nota aos leitores brasileiros", e expõe sua preocupação desse contexto em um país como o Brasil, devido três grandes motivos: i) as fortes desigualdades sociais criam uma enorme pobreza de massa, sem qualquer rede de proteção social, cujos resultados são uma juventude mergulhada no desemprego e subemprego, que acaba buscando sua realização pessoal através do crime; ii) a atuação violenta da polícia; e iii) a enraizada discriminação baseada na cor e classe social, intrínseca da polícia e do judiciário brasileiro. A combinação desses três fatores faz com que o estabelecimento do Estado penal em um país como o Brasil se torne ainda mais agravante, na medida em que se configura como uma "ditadura dos pobres"<sup>25</sup>.

Para complementar essa discussão da particularidade brasileira, cabe relembrar a formação sócio-histórica do país, que contou com a abolição extremamente tardia da escravidão, marcada por disputas em torno do futuro das relações de trabalho e da extensão dos direitos políticos dos libertos (majoritariamente descendentes africanos). A partir de então, começa a busca por novos modelos – fundamentados – de práticas racistas no controle e dominação desses povos, o que comprova que antes mesmo do estabelecimento do

---

<sup>23</sup> WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.4.

<sup>24</sup> Ibid.

<sup>25</sup> Ibid, p.6.



neoliberalismo, já existiam grupos estruturalmente marginalizados. Contemporaneamente, o estigma da criminalização assume contornos raciais e étnicos, na medida em que pobres, negros e a população de rua são tidos como perigosos para a sociedade e como ameaça para a propriedade privada<sup>26</sup>. Grupos estes que, por coincidência, são a cara do sistema penitenciário brasileiro desde o início do Estado Penal.

Neste sentido, as reflexões de Wacquant contribuem diretamente para este trabalho na medida em que dialogam com a atual situação carcerária brasileira, trazendo à tona uma reflexão teórica e histórica para uma das possíveis raízes do problema, o que pode auxiliar na busca por soluções. Um problema complexo como este exige soluções complexas! É impossível pensar um problema, fruto de um processo histórico muito longo e hermético, a partir de soluções simplistas e imediatistas. As adversidades enfrentadas pelo sistema carcerário brasileiro, assim como suas consequências, são de proporções gigantescas, que atingem esferas como segurança pública, desenvolvimento socioeconômico, gastos públicos e, sobretudo, garantia de direitos fundamentais – esfera da qual este trabalho terá como foco.

## 1.1 A PRECARIEDADE DO SISTEMA PRISIONAL DO BRASIL

Não há como negar que a situação do sistema penitenciário brasileiro é um problema de ordem social que ultrapassa os muros do cárcere e se configura em um verdadeiro instrumento de violação dos direitos humanos. Como afirma Carlos Campos:

No Brasil, existem diferentes setores sociais nos quais podem apontar violações sistemáticas de direitos fundamentais decorrentes de falhas estruturais, a começar por políticas públicas insuficientes: saneamento básico, saúde pública, consumo de crack. **Atualmente, talvez seja o sistema carcerário brasileiro o que produz o maior grau de violação generalizada de direitos humanos decorrente de omissões e falhas estruturais** e agravada pela sistemática inércia e incapacidade das autoridades públicas em superar tal quadro<sup>27</sup>.  
(grifo nosso)

No mesmo sentido, Rogério Greco declara que o sistema prisional brasileiro está soterrado dentro de uma crise, sendo essa crise o resultado da inobservância pelo Estado de algumas exigências indispensáveis ao cumprimento da pena privativa de liberdade<sup>28</sup>. O conjunto de problemas encontrados nos presídios do Brasil desafiam “o sistema de justiça penal,

<sup>26</sup> BRISOLA, Elisa. Estado pena, criminalização da pobreza e Serviço Social. SER Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 127-154.

<sup>27</sup> CAMPOS, C. A. A. Estado de Coisas Inconstitucional. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 264-265.

<sup>28</sup> GRECO, Rogério. Sistema Prisional: Colapso Atual e Soluções Alternativas. 3. ed. Editora Impetus. Niterói, RJ, 2016. p. 105.

a política criminal e a política de segurança pública<sup>29</sup>”. A falta e a ineficiência da estrutura prisional para acomodar um elevado número de presos, somada à escassez de políticas públicas voltadas para o tratamento dessas pessoas, faz do sistema carcerário um verdadeiro caos no que diz respeito à manutenção da ordem e cumprimento de sua principal função: a ressocialização. Nas palavras de Jorge Roberto Gomes:

É notório que o sistema prisional brasileiro está falido. A deterioração do sistema vem ocorrendo cotidianamente, e nos últimos anos chegou a um ponto insustentável, pois infelizmente a ociosidade e a superlotação, resultantes da falta de uma política prisional séria e eficiente fazem parte desta triste realidade. Com isso, o sistema prisional não consegue atingir seu objetivo que é o de recuperar e reintegrar os detentos à sociedade: dos egressos do sistema, a grande maioria volta a cometer novos delitos e retorna ao cárcere, este é um ciclo vicioso que parece não ter fim<sup>30</sup>.

O elevado número de pessoas presas (em muitos casos, indevidamente) leva à superlotação, que por sua vez potencializa diversas violações de direitos humanos dentro dos presídios e dificulta a implementação de políticas. Ao longo dos últimos 20 anos, a taxa de encarceramento no Brasil cresceu em nível exponencial: dados compilados pelo INFOPEN<sup>31</sup> registram que, entre os anos 2000 e 2019, o aumento da população carcerária foi de, aproximadamente, 233%. O número de encarcerados passou de 232.755 em 2000, para 773.151 em 2019<sup>32</sup>, colocando o país na 3ª posição do ranking de maior população carcerária do mundo. O aumento vertiginoso desses números e, conseqüentemente, a superlotação dos presídios, podem ser encarados como resultado de um sistema penal que reafirma a cultura do encarceramento como resolução dos problemas sociais<sup>33</sup>. Segundo dados do INFOPEN, a taxa de aprisionamento no Brasil é maior que a taxa dos 10 primeiros países com as maiores populações carcerárias do mundo, indicando que em algum momento da história o país assumiria a liderança deste ranking.

Entretanto, ao analisar o número de vagas disponíveis no mesmo período mencionado acima, encontra-se uma elevada divergência entre o número de pessoas presas e a capacidade dos presídios: nos anos 2000, o sistema contava com 135.710 vagas; em 2020, com 511.405<sup>34</sup>. Ao analisar o gráfico abaixo, que sumariza esses números, é possível observar que o déficit de

<sup>29</sup> INFOPEN. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

<sup>30</sup> GOMES, Jorge Roberto. O Sistema Prisional e a Lei de Execução Penal: Uma Análise do Ser ao Dever Ser. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos-pdf/sistema-prisional-lei-execucaopenal/sistema-prisional-lei-execucao-penal.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

<sup>31</sup> Sistema de informações estatísticas do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).

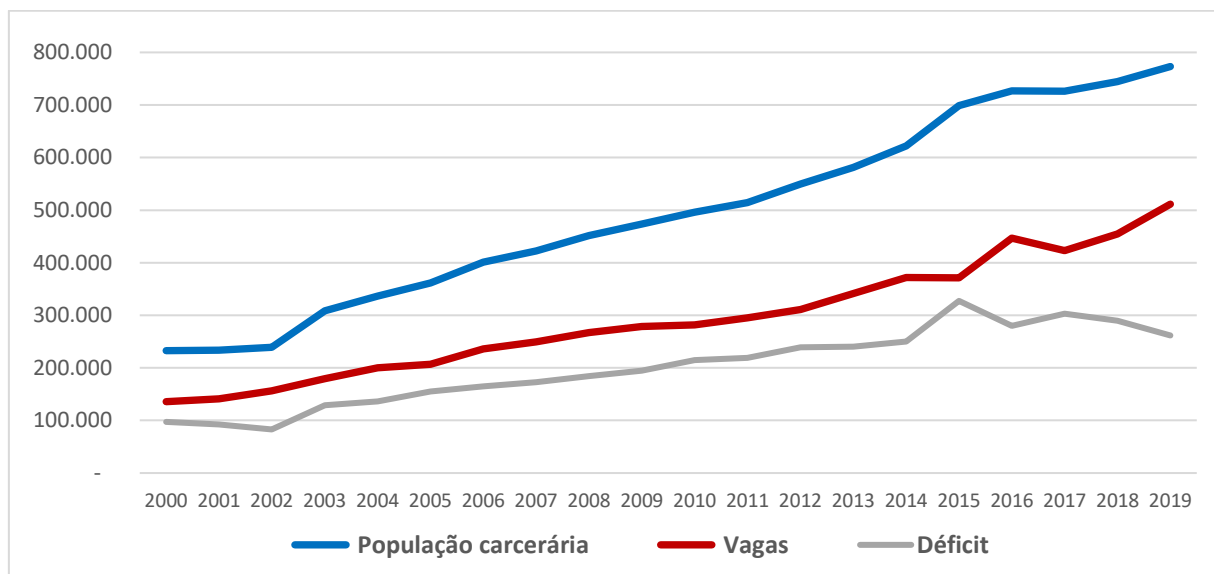
<sup>32</sup> INFOPEN. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2020.

<sup>33</sup> GRECO, Rogerio. Sistema Prisional colapso atual e soluções alternativas, 2. ed. Rio de Janeiro: Impetrus, 2015, p. 227.

<sup>34</sup> INFOPEN. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017, p.12.

vagas acompanha o sistema prisional há pelo menos 19 anos (muito próximo de 50% em relação ao número de presos), e tem se tornado cada vez maior a cada ano.

**Gráfico 1. Evolução da população prisional, vagas e déficit de vagas entre 2000 e 2019<sup>35</sup>**



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN, abril 2020

Diante de todos esses números, um ponto que chama atenção é o fato de que, mesmo prendendo mais pessoas, a violência no país não reduziu. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o número de homicídios cometidos no país entre 2000 e 2017 teve um crescimento de, aproximadamente, 44%<sup>36</sup>, evidenciando que o “encarceramento em massa que vem ocorrendo no Brasil não gerou impacto positivo sobre os indicadores de violência<sup>37</sup>”. Outro ponto significativo é que, de acordo com os dados do INFOPEN referente ao ano de 2019, 33% do contingente de presos no Brasil era composto por presos provisórios, isto é, que sequer tinham passado pela condenação da justiça brasileira em primeiro grau de jurisdição.

Arelada ao problema da superlotação, está a reincidência: alguns estudos revelam uma taxa de até 70%. Isto significa que mais da metade das pessoas que cometem crimes e são libertas retornam para o sistema penitenciário em algum momento. Embora considerada uma das legislações mais modernas do mundo, a Lei de Execução Penal brasileira (LEP) enfrenta

<sup>35</sup> O cálculo da população prisional inclui as pessoas provadas de liberdade em carceragens de delegacias e no Sistema Penitenciário Federal.

<sup>36</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Atlas da Violência [online]. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/17>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

<sup>37</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Informativo da Rede Justiça Criminal – os números da justiça criminal no Brasil [online], n. 8, jan. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/9ktFZn>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

obstáculos na aplicação de muitos de seus dispositivos. Em seu Artigo 1º, a lei apresenta o objetivo de “efetivar as disposições da sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado<sup>38</sup>”. A legislação tenta, de um lado, garantir a dignidade e a humanidade da execução da pena, tornando expressa a extensão de direitos constitucionais aos presos e internos, e, de outro, assegurar as condições para a sua reintegração social. No Artigo 10 está disposto que “a assistência ao preso e ao internado como dever do Estado objetiva prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, estendendo-se esta ao egresso”. A LEP prevê, entre as atenções básicas que devem ser prestadas aos presos, assistência à saúde, assistência psicológica, educacional, jurídica, religiosa, social e material.

Porém, o que se constata na verdade é um tratamento muito aquém do garantido pela LEP, Constituição Federal e demais documentos oficiais. Além da superlotação, os presídios brasileiros enfrentam diversos problemas como deficiência no fornecimento de alimentação e materiais de higiene, dificuldade ou impossibilidade de separação adequada dos presos – conforme exigência legal –, carência de profissionais<sup>39</sup> e falta de assistência médica. O ambiente insalubre e anti-higiênico, atrelado a alimentação inadequada, faz com que o presídio seja um local propício para a proliferação de epidemias. Doenças como a AIDS, hepatite e tuberculose, consideradas controladas no Brasil, são extremamente presentes e disseminadas dentro dos presídios. Neste sentido, os presídios se transformam em um grave problema de saúde pública, uma vez que os presos retornarão à sociedade, fazendo uso do sistema público de saúde e, além disso, podendo contagiar outras pessoas (isto já acontece dentro dos presídios, durante as visitas íntimas e de familiares). É um engano pensar que, ao jogar o preso em uma cela, a sociedade estará livre dele. Conforme dito acertadamente por Greco:

O sistema prisional agoniza, enquanto a sociedade, de forma geral, não se importa com isso, pois crê que aqueles que ali se encontram recolhidos merecem esse sofrimento. Esquecem-se, contudo, que aquelas pessoas, que estão sendo tratadas como seres irracionais, sairão um dia da prisão e voltarão ao convívio em sociedade. Assim, cabe a nós decidir se voltarão melhores ou piores<sup>40</sup>

As estruturas sanitárias, elétricas e hidráulicas são extremamente deficientes, com celas imundas, sem iluminação e ventilação, onde detentos se amontoam e dividem espaço sem

---

<sup>38</sup> BRASIL. Lei de Execução Penal. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984, Art. 1º. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm)>. Acesso em: 27 jan. 2021.

<sup>39</sup> Dados do Infopen (2020) revelam que, em 2019, o sistema penitenciário brasileiro contava com apenas 88.367 funcionários de custódia. Isso representa uma proporção de 1 funcionário para cada 9 presos.

<sup>40</sup> GRECO, Rogério. Sistema Prisional: Colapso atual e soluções alternativas. 4ª Ed. Niterói: Impetus, 2017, p.3.

qualquer separação legal. Conforme a Lei 13.167/15<sup>41</sup>, sancionada em 2015 pela então presidente Dilma Rousseff, deve haver separação dos presos conforme a gravidade do crime<sup>42</sup>. A lógica para esta separação é a preservação da integridade física e moral do recluso, além do principal objetivo de evitar que o infrator de menor periculosidade social retorne à sociedade com uma personalidade mais agressiva e ameaçadora. Obviamente, pessoas que cometeram homicídios hediondos, estupro e genocídios não serão boa influência para aqueles que cometeram pequenos furtos ou delitos de baixo potencial ofensivo.

Este último problema citado acarreta outro de impacto direto na sociedade: a articulação das facções criminosas dentro e fora dos presídios. Na maioria dos estabelecimentos, os presos são separados por grupos de organizações criminosas, visando preservar a vida e integridade física deles. Acontece que, diante desta convivência, o preso primário ou que cometeu pequenos delitos acaba se “filiando” a alguma facção, em troca de regalias ou, até mesmo, garantia de “segurança”, aumentando ainda mais o número de pessoas envolvidas no crime organizado.

Adicionalmente à articulação do crime organizado, o enfrentamento entre presos de diferentes facções criminosas ocasiona embates violentos nos presídios brasileiros. Estes episódios de violência, por sua vez, carregam em sua essência elementos que denunciam outro problema do nosso sistema: o excesso de violência utilizada por parte dos agentes penitenciários e da Polícia Militar. Em um ambiente de superlotação, com condições insalubres e indivíduos tomados pela raiva e medo, agressões verbais e físicas são comuns. Fato é que, muitas vezes, essas agressões partem dos funcionários, os quais são coniventes com as rivalidades entre os detentos, permitindo confrontos diretos entre eles<sup>43</sup>.

Neste cenário, várias rebeliões ganham espaço dentro dos presídios, como foram os casos dos motins de 1982 e 1985, ambos ocorridos no Carandiru<sup>44</sup>. Contudo, a rebelião mais marcante na história brasileira foi o episódio mundialmente famoso como “o Massacre do Carandiru”.

---

<sup>41</sup> Esta Lei altera o disposto no art. 84 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer critérios para a separação de presos nos estabelecimentos penais.

<sup>42</sup> BRASIL, 2015. Lei nº 13.167/15, de 06 de outubro de 2015. Lei de Execução Penal (LEP).

<sup>43</sup> PEDROSO, Regina C. Abaixo Os Direitos Humanos: a História do Massacre de Cento e Onze Presos na Casa de Detenção de São Paulo. Revista Liberdades. São Paulo, n.º 9, jan./abr, 2012, p. 131.

<sup>44</sup> O Complexo do Carandiru, inicialmente chamado de Instituto de Regeneração, foi inaugurado em 31 de julho de 1920, com capacidade para 1.200 presos definitivos. Em suas primeiras décadas, foi considerado um presídio modelo, permanecendo aberto à visitação pública. A partir dos anos 40, a lotação máxima excedida deu origem a uma série de conflitos, e em função disso, como uma tentativa de cessar os problemas de superlotação, na década de 50, foi construída a Casa de Detenção de São Paulo, elevando capacidade do presídio para 3.250. O Complexo chegou a possuir 3.500 vagas, mas em suas piores fases chegou a abrigar 9.000 presos, sendo considerado o maior presídio da América Latina (VARELLA, Drauzio. Estação Carandiru. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 8.)

Neste acontecimento, como descrito por Cesar Caldeira, 325 homens policiais militares do Estado de São Paulo entraram atirando no “Pavilhão Nove”, onde havia se instalado uma rebelião entre os presos. Em decorrência dessa intervenção, foram contabilizados 153 feridos, sendo 130 detentos e 23 policiais militares; e 111 presos mortos, dos quais 103 somaram 515 tiros – além do fato de muitos terem sido mortos em suas próprias celas, na ausência de instrumentos que oferecessem perigo aos policiais militares armados<sup>45</sup>. O autor elucida a situação:

Não houve negociação alguma. As tropas da Polícia Militar afastaram do caminho o diretor da Casa de Detenção e invadiram *desorientadamente* o Pavilhão 9. Apesar de existir desde 1984 uma estratégia militar de invasão da Casa de Detenção, os policiais militares ingressaram no pavilhão sem as respectivas insígnias e crachás de identificação. Salvo o testemunho do próprio comandante coronel Ubiratan Guimarães, as demais das autoridades militares atuantes afirmaram que a invasão ocorreu sem qualquer reação com armas de fogo por parte dos presos<sup>46</sup>.

Constata-se, portanto, que o sistema penitenciário brasileiro configura um quadro de verdadeiro caos. A superlotação, precárias condições estruturais, ineficiência no fornecimento de alimentação e higiene, favorecimento a mobilização das facções e, conseqüentemente, ambiente de extrema violência, são características da grande maioria das prisões brasileiras que, além de violarem sistematicamente direitos humanos, fazem com que o infrator retorne ao convívio em sociedade propício e munido para o cometimento de novas infrações.

## **2. VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: O DIREITO INTERNACIONAL E A SITUAÇÃO DOS PRESÍDIOS NO BRASIL**

Até a metade do século do XX, o tema dos direitos humanos era tratado pelo Estado em seu âmbito doméstico. Apesar da reflexão acerca dos direitos que todos os seres humanos deveriam compartilhar pelo simples fato de serem humanos datar de séculos anteriores, foi somente após a Segunda Guerra Mundial que surgiu a preocupação de tratar deste assunto num contexto internacional<sup>47</sup>.

Os horrores cometidos pelos nazistas durante a II Guerra Mundial trouxeram à tona a constatação de que violações tão brutais aos direitos humanos geram conseqüências significativas para além das fronteiras do Estado no qual as violações são cometidas, havendo a imediata necessidade de reafirmar direitos universais e garantir sua aplicabilidade.

---

<sup>45</sup> CALDEIRA, Cesar. Caso do Carandiru: um Estudo Sócio-Jurídico. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo, n. 29, jan./mar., 2000. p. 11.

<sup>46</sup> CALDEIRA, *Op cit.*, p. 10 e 11.

<sup>47</sup> FILHO. Napoleão Casado. Direitos humanos e fundamentais, São Paulo: Saraiva, 2012. Coleção saberes do direito, p. 57.

O direito internacional dos direitos humanos tem como base fundamental a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 1948. A partir de então, o sistema internacional se consolidou com o entendimento de que o que Estado faz para com seu cidadão não se trata mais de um assunto unicamente interno, mas sim internacional, abrindo espaço para movimentos “fiscalizadores” destas ações. Apesar de não caracterizar um tratado e não criar obrigações formais, segundo Norberto Bobbio, esta declaração simboliza o “fim da necessidade de se discutir o fundamento desses direitos, uma vez que esta questão se torna consenso entre os Estados”<sup>48</sup>.

Dito isto, o quadro exposto no capítulo anterior evidencia que, no momento em que uma pessoa é reclusa no Brasil, não apenas inicia o cumprimento da pena privativa de liberdade, mas se torna vítima de uma série de violações de direitos humanos que lhe são garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e por diversos documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948; as Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos, de 1955; a Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, de 1969, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica<sup>49</sup>; e a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, de 1984.

A discussão que esta seção objetiva não se trata do estado de limitação de direitos a qual o preso é submetido, mas sim das limitações e privações de direitos básicos e fundamentais<sup>50</sup>, dos quais eles também são merecedores. E a partir desses documentos, destacam-se diversas garantias mínimos dos apenados que são constantemente violados pelo Sistema prisional brasileiro, os quais corroboram com a visão de que o Brasil é ineficiente no que diz respeito ao cumprimento dessas normas e, consequentemente, à proteção dos direitos fundamentais.

Pensando em abordar mais profundamente a dicotomia entre teoria e prática existente neste tema, a seguir se dará uma breve exposição das Regras Mínimas para Tratamento de Presos da Organização das Nações Unidas (ONU), comumente conhecida como Regras de Mandela, comparando-as com as práticas brasileiras.

<sup>48</sup> BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. 7ª ed. Brasília, DF, Editora Universidade de Brasília, 1995, p. 353.

<sup>49</sup> Institui, a nível regional (interamericano), algumas garantias materiais e processuais aos encarcerados (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Americana de Direitos Humanos. 1969. Arts 7º e 8º)

<sup>50</sup> CARDOSO, Tatiana de Almeida F. R; SCHOEDER, Betina Barbacovi; BLANCO, Vinícius Just. Sistema prisional e direitos humanos: a (in)suficiente responsabilização internacional do Estado brasileiro [online]. In: *Revista Eletrônica de Direito Internacional*, v. 15, 2015, p.14. Disponível em: < [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3124723](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3124723)>. Acesso em 01 fev.2021.

## 2.1 REGRAS DE MANDELA

A escolha deste documento se dá por sua relevância e, principalmente, por sua atualidade: apesar de criadas em 1955, as Regras de Mandela passaram por uma atualização no ano de 2015, com intuito de incorporar novas doutrinas de direitos humanos, tomando como parâmetros o atual modelo de sistema penal e a percepção do papel do encarceramento para a sociedade<sup>51</sup>.

De acordo com André de Carvalho Ramos, esta revisão levou em consideração novas áreas temáticas, até então descon sideradas: tratamento médico na prisão, restrições e sanções, buscas nas celas, contato exterior, reclamações dos presos, investigações e inspeções<sup>52</sup>.

Tais regras também dão mais destaque para a averiguação e responsabilização por tortura cometida contra presos. Agora, qualquer morte ou caso de tortura deve ser avisado imediatamente para o Judiciário ou autoridades independentes da administração prisional, para que sejam tomadas as devidas providências.

As regras, portanto, não pretendem descrever um modelo de sistema prisional, mas sim estabelecer os bons princípios e práticas no tratamento de presos e na gestão prisional<sup>53</sup>. Em outras palavras, a responsabilidade da comunidade internacional neste contexto é apenas de testemunhar o cumprimento das obrigações do Estado<sup>54</sup> e de estabelecer regras que não sejam passíveis de diferentes interpretações<sup>55</sup> - *jus cogens*<sup>56</sup>.

O documento é dividido em duas grandes seções, que agrupam uma série de regras específicas para cada temática: I) Regras de aplicação geral e II) Regras aplicáveis a categorias especiais. Na primeira seção, encontram-se sumarizadas 85 regras mínimas que ditam sobre

<sup>51</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Regas de Mandela: regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos. Brasília: CNJ, 2016 (Série Tratados Internacionais de Direitos Humanos), p. 11.

<sup>52</sup> RAMOS CARVALHO, André de. Curso de Direitos Humanos. São Paulo: Editora Saraiva, 2014, p.220.

<sup>53</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Regas de Mandela: regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos. Brasília: CNJ, 2016 (Série Tratados Internacionais de Direitos Humanos), p. 20.

<sup>54</sup> RAMCHARAN, Bertrand G. Human Rights Protection in the Field. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2006. p. 222.

<sup>55</sup> RODNEY, Nigel; POLLARD, Matt. The Treatment of Prisoners under International Law. London: Oxford University Press, 2009. p. 15.

<sup>56</sup> As normas de *jus cogens* são tidas como “norma(s) imperativa(s) de direito internacional geral, aceita(s) e reconhecida(s) pela comunidade internacional dos Estados como um todo, como norma(s) das qual(is) nenhuma derrogação é permitida e que só pode(m) ser modificada(s) por normal ulterior de Direitos Internacional geral da mesma natureza” (BRASIL. Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009). A primeira referência a estes princípios imperativos do direito internacional foi feita por Francisco de Vitória – um importante teólogo espanhol, que contribuiu diretamente na concepção do moderno direito internacional. Nos artigos 53º e 64º da Convenção de Viena sobre os Direitos dos Tratados estão declarados de que maneira o *jus cogens* vigora na sociedade internacional: “é nulo um tratado que, no momento de sua conclusão, conflite com uma norma imperativa de Direito Internacional geral” (art. 53º); e “se sobrevier uma nova norma imperativa de Direito Internacional geral, qualquer tratado existente que estiver em conflito com essa norma torna-se nulo e extingue-se” (art. 64º).



princípios básicos; separação de categorias; acomodações; higiene pessoal; alimentação; restrições, disciplina e sanções; instrumentos de restrição; contato com mundo exterior, entre outros. Na segunda seção<sup>57</sup>, como sugerido, estão as regras específicas para o tratamento de presos sentenciados; presos com transtornos mentais e/ou com problemas de saúde; presos sob custódia ou aguardando julgamento; presos civis; e pessoas presas ou detidas sem acusação.

A primeira regra do documento, que inaugura os princípios básicos, versa sobre a necessidade de “todos os presos serem tratados com respeito, devido a seu valor e dignidade inerentes ao ser humano”<sup>58</sup>, sendo que “nenhum preso deverá ser submetido a tortura ou tratamentos ou sanções cruéis, desumanos ou degradantes e deverá ser protegido de tais atos, não sendo estes justificáveis em qualquer circunstância”<sup>59</sup>.

Adicionalmente, a regra 3 discorre sobre o fato de que “o encarceramento e outras medidas que excluam uma pessoa do convívio com o mundo externo são, por si só, aflitivas [...] portanto, o sistema prisional não deverá agravar o sofrimento inerente a tal situação”<sup>60</sup>. De prontidão, considerando-se os exemplos expostos no tópico 1.1, é possível constatar a desconformidade da realidade brasileira com o padrão de conduta internacionalmente estabelecido.

Diante da ineficiência do Estado brasileiro de garantir a ressocialização dos presos, e da constatada falta de relação entre o encarceramento e a diminuição da violência na sociedade, contrapõe-se o exposto na regra 4, que afirma que “os objetivos de uma sentença de encarceramento [...] são de proteger a sociedade contra a criminalidade e de reduzir a reincidência”<sup>61</sup>.

E ainda, que “as administrações prisionais devem oferecer educação, formação profissional e trabalho, bem como outras formas de assistência apropriadas” para se atingir esse fim. A garantia dessas assistências está longe de ser alcançada no sistema penitenciário brasileiro: segundo dados do Infopen de 2018, 138.854 pessoas privadas de liberdade encontravam-se em atividades laborais, enquanto 98.020 encontravam-se em atividades educacionais – representando, respectivamente, apenas 18% e 13% da população carcerária brasileira.

---

<sup>57</sup> Os direitos referidos na segunda seção são complementares aos da primeira, sendo estes últimos direitos gerais, aplicáveis para qualquer categoria de presos.

<sup>58</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Regas de Mandela: regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos. Brasília: CNJ, 2016 (Série Tratados Internacionais de Direitos Humanos), p. 21.

<sup>59</sup> Ibid.

<sup>60</sup> Ibid.

<sup>61</sup> Ibid.

A separação dos presos em diferentes categorias é orientada pela regra 11, na qual há a afirmação de que:

As diferentes categorias de presos devem ser mantidas em estabelecimentos prisionais separados ou em diferentes setores de um mesmo estabelecimento prisional, levando em consideração seu sexo, idade, antecedentes criminais, razões da detenção e necessidades de tratamento. Assim: a) homens e mulheres devem permanecer detidos em unidades separadas [...]; b) presos preventivos devem ser mantidos separados daqueles condenados; c) indivíduos presos por dívidas, ou outros presos civis, devem ser mantidos separados dos indivíduos presos por infrações criminais; d) jovens presos devem ser mantidos separados dos adultos<sup>62</sup>.

As finalidades da classificação, de acordo com a regra 93, são “separar dos demais presos aqueles que possam vir a exercer uma influência negativa e dividir os presos em classes, a fim de facilitar o tratamento, visando à reinserção social”<sup>63</sup>. No Brasil, a categorização de presos está voltada quase que unicamente para a separação de pessoas de diferentes facções criminosas, a fim de garantir a ordem dentro dos presídios.

O documento também estabelece a necessidade de se considerar requerimentos mínimos de saúde, tendo em mente as condições infra estruturais das celas. De acordo com a regra 13, “todos os ambientes de uso dos presos devem satisfazer as exigências de higiene e saúde, levando-se em conta as condições climáticas e o conteúdo volumétrico de ar, o espaço mínimo, a iluminação, o aquecimento e a ventilação”<sup>64</sup>. Demais tópicos como instalações sanitárias, espaços adequados para banho e acesso a água potável são defendidos pelas regras subsequentes.

Outro direito garantido nas Regras de Mandela, mas que é extremamente negligenciado pelo sistema penitenciário brasileiro, é o provimento de serviços médicos para os presos. De acordo com o exposto na regra 24, isto é uma responsabilidade do Estado, sendo direito dos presos de “usufruir dos mesmos padrões de serviços de saúde disponíveis à comunidade”<sup>65</sup>.

Dados do Infopen de 2018 revelam que apenas 54% dos estabelecimentos prisionais possuíam consultório médico. Estes números são ainda menores se considerarmos a assistência do atendimento psicológico, que atingiam somente 22% dos estabelecimentos. O corpo clínico do sistema penitenciário brasileiro<sup>66</sup>, segundo esses mesmos dados, era composto por 6.741 pessoas, enquanto abrigava 744 mil presos<sup>67</sup>.

---

<sup>62</sup> Ibid, p. 23

<sup>63</sup> Ibid, p.41.

<sup>64</sup> Ibid, p.23.

<sup>65</sup> Ibid, p.25.

<sup>66</sup> Por corpo clínico compreende-se enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem, psicólogos, dentistas, médicos de várias especialidades e terapeutas.

<sup>67</sup> INFOPEN. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2018.

Além da seriedade dos pontos dispostos acima, as Regras de Mandela – assim como os demais documentos sobre o tema – ainda são pouco divulgadas entre os funcionários do sistema carcerário, ofuscando a visibilidade e importância que o tema deveria assumir. Como encontrado no Relatório anual do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura:

Mesmo o Brasil sendo signatário de tratados e convenções no que se refere a implementação dos Direitos Humanos, infelizmente nos deparamos a cada visita com um quadro cada vez mais preocupante. No que se refere ao Sistema Prisional, em inúmeros locais, não há sequer, afixado o Regimento Interno. Os funcionários desconhecem as Regras Mínimas de Mandela, Protocolo de Istambul Referente a Tortura, Regras Mínimas de Bangkok, ou mesmo a LEP (...)<sup>68</sup>.

O documento em questão já foi utilizado algumas vezes como fundamento para analisar e julgar o comportamento brasileiro.

Exemplos desta aplicabilidade das Regras de Mandela são as Resoluções da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)<sup>69</sup>, de 2015, 2015 e 2016, que versam sobre o requerimento da Corte à República Federativa do Brasil da adoção, de forma imediata, de todas as medidas necessárias para proteger eficazmente a vida e a integridade pessoal das pessoas privadas de liberdade no Complexo Penitenciário de Curado, fazendo menção às condições dignas previstas no documento da ONU. As Resoluções da Corte mencionam, por exemplo, regras que asseguram a necessidade da separação entre os presos de acordo com certas categorias, assim como a proibição da revista vexatória, além de reafirmarem diversas regras como norteadoras para revisão das práticas brasileiras.

Da mesma forma, no Terceiro Relatório Nacional do Estado Brasileiro ao Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos Das Nações Unidas<sup>70</sup>, de 2017, restou comprovada que a aplicação das Regras de Mandela no cenário atual seria fundamental para contribuir com a humanização do sistema penitenciário do país<sup>71</sup>:

<sup>68</sup> BRASIL. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Relatório Anual 2016-2017. Brasília, DF, 2017, p.118.

<sup>69</sup> CIDH. Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Medidas provisórias a respeito do Brasil – Assunto do Complexo Penitenciário de Curado. 2018. Disponível em: < [https://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/curado\\_se\\_06\\_por.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/curado_se_06_por.pdf)>

<sup>70</sup> A Revisão Periódica Universal é um mecanismo de avaliação da situação dos direitos humanos nos 193 Estados membros da ONU. A RPU foi estabelecida por uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006, quando o Conselho de Direitos Humanos foi criado. O Conselho de Direitos Humanos é um órgão intergovernamental com 47 membros, responsável por, dentre outras coisas: a) trabalhar para evitar abusos dos direitos humanos; b) resolver violações dos direitos humanos; e c) revisar periodicamente a situação dos direitos humanos nos países através da Revisão Periódica Universal. O Conselho de Direitos Humanos tem o mandato para organizar e guiar os Estados, que submetem relatórios a cada ciclo da RPU. A RPU estimula a cooperação e o intercâmbio entre os Estados, pois estes se avaliam mutuamente

<sup>71</sup> BASTOS, P.B; REBOUÇAS, G.B. Regras De Mandela: Um Estudo Das Condições De Encarceramento No Brasil Segundo a Resolução Da ONU. Revista de Direitos Humanos em Perspectiva. Porto Alegre, 2018, p. 158.

[...] O Brasil reconhece a necessidade de dar prioridade à garantia dos direitos dos presos, como previsto nas Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela), as quais ainda não foram devidamente traduzidas em políticas públicas<sup>72</sup>

Nesse sentido, o Brasil possui um extenso histórico de casos levados à Corte Interamericana de Direitos Humanos, relacionados às violações de direitos humanos no sistema prisional. É possível elencar mais alguns casos em que a Corte exigiu a tomada de medidas provisórias ao Brasil: i) Centro Penitenciário Professor Aníbal Bruno (Complexo de Curado), de Recife/PE (2014, 2015 e 2016); ii) Penitenciária Urso Branco, de Porto Velho/RO (2002, 2004, 2005, 2008, 2009 e 2011); iii) Complexo do Tatuapé (FEBEM e Fundação Casa), de São Paulo/ SP (2005, 2006, 2007 e 2008); iv) Penitenciária Dr. Sebastião Martins Silveira, de Araraquara/ SP (2006 e 2008); v) e Complexo de Pedrinhas, de São Luiz/MA (2014).

Este elevado número de casos levados ao Sistema Interamericano constata a dificuldade do Brasil em superar a precariedade do seu sistema prisional. Contrariamente, diante de diversas recomendações sobre o quadro, a cada ano que passa o Brasil vem enfrentando a intensificação dos seus problemas.

### 3. O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL

Não há como negar, a partir de toda a conjuntura do sistema penitenciário exposto ao longo deste artigo, que estamos diante de um grave quadro de violação sistemática dos direitos humanos. Este ambiente cruel e desumano ao qual os presos são expostos, atrelado à inobservância do Estado para com suas obrigações legais, configura-se um Estado de Coisas Inconstitucional – conforme já reconhecido pela Suprema Corte Brasileira.

A Corte Constitucional Colombiana, no ano de 1997, originou o mecanismo jurídico definido como Estado de Coisas Inconstitucional (ECI)<sup>73</sup>, associado à constatação de “violações generalizadas, contínuas e sistemáticas de direitos humanos fundamentais”<sup>74</sup>. O reconhecimento do ECI está atrelado a três pressupostos<sup>75</sup>:

<sup>72</sup> BRASIL. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Relatório de Visita ao Presídio Central de Porto Alegre. Brasília, DF, 2017.

<sup>73</sup> Em julgamentos subsequentes, a Corte passou a aperfeiçoar o ECI em diversos outros casos. Para César R. Garavito, a utilização do ECI pela Corte Colombiana se explica pelo “interesse daquele tribunal pelo constitucionalismo internacional, o que tem feito com que a sua jurisprudência caminhe no sentido de uma tendência internacional de protagonismo dos juízes constitucionais na realização dos direitos humanos em casos estruturais” (GARAVITO, C.R. Más allá del desplazamiento, o cómo superar un Estado de cosas inconstitucional. Bogotá: Universidad de Los Andes, Facultad de Derecho, Ediciones Uniandes, 2009. P.436)

<sup>74</sup> PEREIRA, Luciano Meneguetti. O estado de coisas inconstitucional e a violação dos direitos humanos no sistema prisional brasileiro. RIDH, v. 5, n. 1, 2017, p. 167.

<sup>75</sup> Ibid, p. 168.

I) Primeiro, observa-se um cenário de violações sistemáticas e generalizadas de direitos fundamentais, que atingem uma grande quantidade de pessoas;

II) Segundo, há um quadro reiterado de inércia e omissões por parte dos órgãos públicos que deveriam assegurar a proteção aos direitos básicos. A inatividade de autoridades competentes certifica a existência de falhas estruturais na atuação do Estado, ou seja, a insuficiência de um arranjo funcional em diversas esferas governamentais para reprimir a constante violação de direitos;

III) Terceiro, a definição do ECI exige que a Corte apresente direcionamentos claros para a pluralidade de órgãos do Estado, de modo que mudanças estruturais sejam promovidas coletivamente mediante políticas públicas.

Segundo Carlos Alexandre de Azevedo Campos, os três pressupostos elencados acima são facilmente identificados no Brasil, a partir das características presentes no sistema penitenciário<sup>76</sup>.

### 3.1 RECONHECIMENTO DO ECI NO BRASIL

A justiça colombiana, por meio de estudos e dados empíricos, constatou a acentuada violação de direitos fundamentais nos presídios do Brasil. A conclusão dos juízes descreveu a superlotação e as condições insalubres do sistema carcerário como problemas nacionais, que requerem a ação conjunta de diferentes níveis decisórios. A afirmação do ECI apresenta, portanto, função política e jurídica, cujo intuito é incentivar o Estado a executar, financiar e analisar políticas públicas capazes de eliminar a sistemática violação de direitos humanos<sup>77</sup>.

A jurisprudência da Corte Colombiana influenciou a decisão do Supremo Tribunal Federal brasileiro no julgamento, em setembro de 2015, da Medida Cautelar em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (MC/ADPF) n. 347/DF, proposta pelo Partido Socialista e Liberdade (PSOL) e de relatoria do Ministro Marco Aurélio Mello. A ação mobilizada pelo PSOL alegou a inconstitucionalidade do sistema carcerário brasileiro, caracterizado pela superlotação e por condições nocivas que infringem a dignidade humana, o direito de acesso à Justiça e os direitos sociais. O Partido argumentou que:

[...] os órgãos administrativos olvidam preceitos constitucionais e legais ao não criarem o número de vagas prisionais suficiente ao tamanho da população carcerária, de modo a viabilizar condições adequadas ao encarceramento, à segurança física dos

<sup>76</sup> CAMPOS, C. A. A. Estado de Coisas Inconstitucional. Salvador: Juspodivm, 2016.

<sup>77</sup> PENNA, Bernardo Schmidt. Mais do ativismo judicial à brasileira: análise do estado de coisas inconstitucional e da decisão na ADPF 347. Revista Pensamento Jurídico, v. 11, n. 1, 2017, p. 10.

presos, à saúde, à alimentação, à educação, ao trabalho, à assistência social, ao acesso à jurisdição<sup>78</sup>.

A identificação do ECI e a decorrente determinação de criação e aplicação de leis constituem manifestação de ativismo judicial — a Corte ou Tribunal intervém na atuação dos poderes Executivo e Legislativo — legitimado pela magnitude do desrespeito aos direitos humanos. O caráter da declaração do ECI é, então, excepcional e deve respeitar a separação de poderes.

A conclusão do Ministro Marco Aurélio corroborou as afirmações do PSOL e reconheceu o ECI acerca do sistema prisional. O relator enfatizou que “as penas privativas de liberdade aplicadas em nossos presídios se convertem em penas cruéis e desumanas”<sup>79</sup>, e destacou a ausência de todo e qualquer direito à existência segura nas prisões do Brasil. O Ministro também apontou a falta de coordenação institucional para superar um problema crônico e, dessa forma, assentiu a falha estrutural do Poder Público e o desacordo da prática brasileira em relação às normas internacionais — notadamente o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos e Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes e a Convenção Americana de Direitos Humanos.

Há, na realidade, problemas tanto de formulação e implementação de políticas públicas, quanto de interpretação e aplicação da lei penal. Falta coordenação institucional. O quadro inconstitucional de violação generalizada e contínua dos direitos fundamentais dos presos é diariamente agravado em razão de ações e omissões, falhas estruturais, de todos os poderes públicos da União, dos estados e do Distrito Federal, sobressaindo a sistemática inércia e incapacidade das autoridades públicas em superá-lo [...] A ausência de medidas legislativas, administrativas e orçamentárias eficazes representa falha estrutural a gerar tanto a violação sistemática dos direitos, quanto a perpetuação e o agravamento da situação [...] A responsabilidade do Poder Público é sistêmica, revelado amplo espectro de deficiência nas ações estatais. Tem-se a denominada “falha estatal estrutural”<sup>80</sup>

Apesar de reconhecer a realidade caótica do Brasil, o STF deixou de deferir medidas cautelares que seriam de extrema importância para algumas soluções imediatas. A realização de audiências de custódia é uma das poucas medidas deferidas na decisão do STF. A audiência de custódia, que se tornou obrigatória em todo o Brasil após a deliberação do Supremo, é um procedimento para investigar possíveis irregularidades relacionadas à prisão ou ao tratamento

---

<sup>78</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 347/DF [online]. Relator: Ministro Marco Aurélio. Pesquisa de Jurisprudência, Inteiro Teor do Acórdão, 09 set. 2015, p.8.

<sup>79</sup> Ibid, p.24.

<sup>80</sup> Ibid. p.26.

recebido pela pessoa detida durante a custódia do Estado<sup>81</sup>. O principal efeito da audiência de custódia é a redução da superpopulação carcerária.

Estão obrigados juízes e tribunais, observados os artigos 9.3 do Pacto dos Direitos Civis e Políticos e 7.5 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, a realizarem, em até noventa dias, audiências de custódia, viabilizando o comparecimento do preso perante a autoridade judiciária no prazo máximo de 24 horas, contado do momento da prisão<sup>82</sup>.

Dados da CNJ demonstram que, em 2016 (o primeiro ano da obrigatoriedade de audiências de custódia), de 172.242 audiências realizadas entre abril e dezembro, 80.508 casos (aproximadamente 46%) resultaram na liberdade de pessoas presas em flagrante. Entre janeiro e dezembro de 2020, do total de 66.056 audiências, 28.013 (42,41%) resultaram em concessão de liberdade<sup>83</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema explorado neste artigo partiu da importância de se estudar e evidenciar as condições de encarceramento no mundo, mas especialmente no Brasil. Ao analisar as diferentes esferas que fazem parte da temática da criminalidade e das possíveis “soluções” apresentadas a ela, é possível afirmar que o sistema penal brasileiro foi estruturado para ser ineficiente, e pouco está preocupado em superar este quadro.

A exposição dos fatos constata que o sistema penitenciário brasileiro é bastante falho no que concerne ao respeito e proteção dos direitos intrínsecos dos apenados, tendo grande dificuldade em proporcionar condições eficazes para o cumprimento da pena, frente ao seu objetivo maior: a ressocialização. A superlotação, as precárias condições estruturais, a falta de alimentação adequada, de produtos de higiene, o favorecimento ao crescimento das organizações criminosas, são características da grande maioria das prisões brasileiras que além de afrontarem direitos humanos e fundamentais, fazem com que o preso retorne ao convívio em sociedade ao invés de ressocializado, propício ao cometimento de novas infrações ainda mais graves.

---

<sup>81</sup> PACHELLI, E. Manual de Direito Penal: Parte Geral – 2 Edição – 2016, p. 548.

<sup>82</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 347/DF [online]. Relator: Ministro Marco Aurélio. Pesquisa de Jurisprudência, Inteiro Teor do Acórdão, 09 set. 2015, p.13.

<sup>83</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Informativo da Rede Justiça Criminal – os números da justiça criminal no Brasil [online], n. 8, jan. 2016.

Além disso, não se pode negar o caráter seletivo do direito penal, que pune o indivíduo e não o fato, lotando as prisões de cidadãos pobres e negros. Esta constatação é suportada por dados divulgados pelo Infopen, os quais mostram que, aproximadamente, 55% dos detentos tem entre 19 e 29 anos, 65% são negros e 75% tem até o ensino fundamental completo. Como bem trabalhado por Loic Wacquant, o país encontra-se diante de uma “ditadura dos pobres”.

Apesar de existirem parâmetros mínimos que deveriam guiar as ações dos países, advindas dos documentos firmados no âmbito da ONU, assim como de regras vinculantes que criam uma obrigação internacional para o Estado quanto ao seu cumprimento, o Brasil está longe de garantir o cumprimento dessas regras.

Afinal, a situação encontrada nos presídios brasileiros demonstra um real descaso do Estado, extrapolando em muito os limites da pena e atingindo diretamente o âmago dos direitos humanos. Todos os pontos elencados acima acabam por configurar o que a doutrina e jurisprudência estrangeira vêm denominando de Estado de Coisas Inconstitucional.

No estudo do ECI, oriundo da Corte Constitucional da Colômbia, verificou-se que o instituto consiste numa declaração por uma Corte Constitucional, de um quadro intolerável de massiva violação de direitos fundamentais, que decorre de uma série de atos praticados por distintas autoridades públicas e que é agravado pela inobservância dessas mesmas autoridades, de maneira que apenas transformações estruturais da atuação dos poderes públicos podem modificar a situação inconstitucional existente.

É importante que o Brasil retome sua agenda de observância dos compromissos com os organismos internacionais de Direitos Humanos, e retome um caminho que busca sua implementação, não retrocedendo ainda mais na agenda de direitos e garantias e não pactuando com o apagamento de uma cultura de direitos.



## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas: Cortez, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 7ª ed. Brasília, DF, Editora Universidade de Brasília, 1995.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Execução Penal**. 1984.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 347/DF**. Pesquisa de Jurisprudência, Inteiro Teor do Acórdão, 2015.

\_\_\_\_\_. **Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**. 2016.

BRISOLA, Elisa. **Estado pena, criminalização da pobreza e Serviço Social**. SER Social, Brasília, v. 14, n. 30

CALDEIRA, Cesar. **Caso do Carandiru: um Estudo Sócio-Jurídico**. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo, n. 29, jan./mar., 2000.

CAMPBELL, John L. **Neoliberalism's penal and debtor states. A rejoinder to Loïc Wacquant**. *Theoretical Criminology*. Califórnia: V. 14, n.1, 2010.

CAMPOS, C. A. A. **Estado de Coisas Inconstitucional**. Salvador: Juspodivm, 2016

CARDOSO, Tatiana de A. F. R; SCHOEDER, Betina Barbacovi; BLANCO, Vinícius Just. **Sistema prisional e direitos humanos: a (in)suficiente responsabilização internacional do Estado brasileiro** [online]. In: *Revista Eletrônica de Direito Internacional*, v. 15, 2015

COLÔMBIA. **Corte Constitucional Colombiana**. Pesquisa de jurisprudência [online].

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Informativo da Rede Justiça Criminal – os números da justiça criminal no Brasil** [online], n. 8, jan. 2016

\_\_\_\_\_. **Regas de Mandela: regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos**. Brasília: CNJ, 2016 (Série Tratados Internacionais de Direitos Humanos)

- FILHO, Napoleão Casado. **Direitos humanos e fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2012. Coleção saberes do direito.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 5ªed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GOMES, Jorge Roberto. **O Sistema Prisional e a Lei de Execução Penal: Uma Análise do Ser ao Dever Ser**.
- GRECO, Rogério. **Sistema Prisional: Colapso Atual e Soluções Alternativas**. 3. ed. Editora Impetus. Niterói, RJ, 2016
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992
- INFOPEN. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Atlas da Violência** [online]
- OEA. **Convenção Americana de Direitos Humanos**. 1969
- ONU. **Convenção Internacional contra a Tortura e outros Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes**. 1984.
- \_\_\_\_\_. **Carta das Nações Unidas**. 1945.
- PEDROSO, Regina C. **Abaixo Os Direitos Humanos: a História do Massacre de Cento e Onze Presos na Casa de Detenção de São Paulo**. Revista Liberdades. São Paulo, n.º 9, jan./abr, 2012.
- PENNA, B. S. **Mais do ativismo judicial à brasileira: análise do estado de coisas inconstitucional e da decisão na ADPF 347**. Revista Pensamento Jurídico, v. 11, n. 1, 2017.
- PEREIRA, L. M. **O estado de coisas inconstitucional e a violação dos direitos humanos no sistema prisional brasileiro**. *RIDH*, v. 5, n. 1, 2017.
- RAMCHARAN, Bertrand G. **Human Rights Protection in the Field**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2006.
- RAMOS CARVALHO, André de. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014
- RODNEY, Nigel; POLLARD, Matt. **The Treatment of Prisoners under International Law**. London: Oxford University Press, 2009
- VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

\_\_\_\_\_. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: REVAN, 2007.